

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	89
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	17/05/2011	Ordinária		0,51188
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	17/05/2011	Preferencial		0,56307
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	26/05/2011	Ordinária		0,53123
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	26/05/2011	Preferencial		0,58435

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.944.884	4.208.448
1.01	Ativo Circulante	542.351	789.417
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.511	402
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.511	402
1.01.02	Aplicações Financeiras	269.715	560.932
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	269.715	560.932
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	269.715	560.932
1.01.03	Contas a Receber	204.527	201.405
1.01.03.01	Clientes	26.910	20.220
1.01.03.01.01	Revendedores	26.910	20.220
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	177.617	181.185
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	177.617	181.185
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.001	15.496
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.001	15.496
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Compensáveis	40.264	12.420
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.737	3.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.597	11.182
1.01.08.03	Outros	15.597	11.182
1.02	Ativo Não Circulante	3.402.533	3.419.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	204.532	212.540
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.003	25.731
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.003	25.731
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	179.529	186.809
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	64.077	62.323
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	114.837	120.263
1.02.01.09.05	Outros	615	4.223
1.02.02	Investimentos	21.068	18.797
1.02.02.01	Participações Societárias	21.068	18.797
1.02.03	Imobilizado	3.126.085	3.135.997
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.126.085	3.135.997
1.02.03.01.01	Imobilizado - Custo Líquido da Depreciação	3.126.085	3.135.997
1.02.04	Intangível	50.848	51.697
1.02.04.01	Intangíveis	50.848	51.697

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.944.884	4.208.448
2.01	Passivo Circulante	359.908	546.128
2.01.02	Fornecedores	84.707	125.168
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	84.707	125.168
2.01.03	Obrigações Fiscais	201.663	316.400
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	201.409	316.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	195.096	309.070
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	6.313	6.930
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	109	99
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	145	301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.151	25.955
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	210	159
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	210	159
2.01.04.02	Debêntures	27.941	25.796
2.01.04.02.01	Encargos de Dívida	27.941	25.796
2.01.05	Outras Obrigações	27.949	51.720
2.01.05.02	Outros	27.949	51.720
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.359	28.924
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	24.590	22.796
2.01.06	Provisões	17.438	26.885
2.01.06.02	Outras Provisões	17.438	26.885
2.01.06.02.04	Provisão para Litígios	1.354	3.548
2.01.06.02.05	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	16.084	23.337
2.02	Passivo Não Circulante	1.666.886	1.681.316
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	896.708	896.116
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	283	231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	283	231
2.02.01.02	Debêntures	896.425	895.885
2.02.02	Outras Obrigações	580	595
2.02.02.02	Outros	580	595
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	580	595
2.02.03	Tributos Diferidos	662.892	681.076
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	662.892	681.076
2.02.04	Provisões	106.706	103.529
2.02.04.02	Outras Provisões	106.706	103.529
2.02.04.02.04	Provisão para Litígios	99.036	95.420
2.02.04.02.05	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	7.670	8.109
2.03	Patrimônio Líquido	1.918.090	1.981.004
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.523	253.450
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.02.09	Ações e Opções de Ações Outorgadas	1.159	1.086
2.03.04	Reservas de Lucros	41.446	246.009
2.03.04.01	Reserva Legal	41.446	41.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	204.563
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	179.462	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.236.432	1.274.318
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.236.432	1.274.318

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	407.395	821.513	400.752	858.902
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-147.270	-262.711	-151.018	-276.056
3.02.01	Pessoal	-17.312	-34.185	-17.163	-33.849
3.02.02	Material	-1.097	-1.834	-1.365	-1.916
3.02.03	Serviço de terceiros	-14.716	-26.519	-13.008	-29.524
3.02.04	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-16.079	-32.059	-15.571	-34.159
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-24.912	-35.044	-16.248	-21.652
3.02.06	Encargos de conexão de energia	-663	-1.326	-219	-437
3.02.07	Encargos de transmissão	-22.840	-44.975	-22.913	-46.324
3.02.08	Depreciação e amortização	-40.689	-81.312	-42.630	-86.596
3.02.09	Provisões operacionais	-2.103	1.174	-12.396	-15.998
3.02.10	Seguros	-1.793	-3.335	-1.330	-3.135
3.02.11	Outros	-5.066	-3.296	-8.175	-2.466
3.03	Resultado Bruto	260.125	558.802	249.734	582.846
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.104	2.271	623	1.307
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.104	2.271	623	1.307
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	261.229	561.073	250.357	584.153
3.06	Resultado Financeiro	-13.459	-24.488	-21.048	-21.300
3.06.01	Receitas Financeiras	11.523	28.632	13.347	52.679
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.982	-53.120	-34.395	-73.979
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-23.554	-48.595	-25.300	-49.312
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-1.428	-4.525	-9.095	-24.667
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	247.770	536.585	229.309	562.853
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-87.249	-182.712	-78.069	-191.654
3.08.01	Corrente	-89.630	-194.742	-90.502	-205.575
3.08.02	Diferido	2.381	12.030	12.433	13.921
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	160.521	353.873	151.240	371.199
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	160.521	353.873	151.240	371.199

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,40167	0,88500	0,37845	0,92885
3.99.01.02	PN	0,44184	0,97405	0,41629	1,02174
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,39162	0,86335	0,36898	0,90562
3.99.02.02	PN	0,43079	0,94968	0,40588	0,99618

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	160.521	353.873	151.240	371.199
4.03	Resultado Abrangente do Período	160.521	353.873	151.240	371.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	208.457	323.520
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	402.756	511.506
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	353.873	371.199
6.01.01.02	Depreciação e amortização	81.312	86.596
6.01.01.03	Variação monetária	0	33.429
6.01.01.04	Tributos e contribuições sociais diferidos	-12.030	-13.921
6.01.01.05	Provisão para litígios e respectiva atualização	1.422	17.680
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	-2.271	-1.307
6.01.01.07	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-24.263	-4.076
6.01.01.09	Ações e opções de ações outorgadas	73	98
6.01.01.10	Desativação de bens e direitos	623	1.817
6.01.01.11	Despesa de juros (encargos de dívida)	55.760	54.889
6.01.01.12	Juros pagos (encargos de dívida)	-53.075	-36.243
6.01.01.13	Realização do Uso do Bem Público	1.332	1.345
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-194.299	-187.986
6.01.02.01	Revendedores	-6.690	-13.693
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	3.568	21.048
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-29.175	-27.187
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados e outros créditos	-1.754	-868
6.01.02.05	Outros créditos	-807	-22.100
6.01.02.06	Fornecedores	-40.461	-27.830
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	-113.974	-116.611
6.01.02.08	Pesquisa e desenvolvimento	-7.692	4.602
6.01.02.09	Almoxarifado	0	165
6.01.02.10	Outras contas a pagar	1.779	-4.151
6.01.02.11	Tributos e contribuições sociais a recolher	-763	-1.493
6.01.02.12	Outros Tributos Compensáveis	1.670	132
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	242.974	148.432
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado/intangível	-72.506	-23.828
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-568.849	-1.496.497
6.02.03	Resgate de investimento de curto prazo	884.329	1.668.757
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-442.322	-478.933
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-442.425	-382.887
6.03.02	Pagamento de empréstimos	0	-998.273
6.03.03	Captção por debêntures líquida dos gastos de captação	103	902.227
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.109	-6.981
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	402	7.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.511	442

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	73	-204.563	-212.297	0	-416.787
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	73	0	0	0	73
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.563	0	0	-204.563
5.04.09	Distribuição de Dividendos - RCA 12/05/2011	0	0	0	-212.297	0	-212.297
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	391.759	-37.886	353.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.873	0	353.873
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	37.886	-37.886	0
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	37.886	-37.886	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.523	41.446	179.462	1.236.432	1.918.090

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	98	-158.321	-194.165	0	-352.388
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	98	0	0	0	98
5.04.06	Dividendos	0	0	-113.653	0	0	-113.653
5.04.08	Dividendo Complementar Proposto - Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	0	-238.833	0	-238.833
5.04.09	Ajuste de CPC de Anos Anteriores a Distribuir	0	0	-44.668	44.668	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	371.199	0	371.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	371.199	0	371.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.358	-42.705	-347
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	42.358	-42.705	-347
5.07	Saldos Finais	207.227	253.380	41.446	219.392	1.313.031	2.034.476

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	864.647	903.062
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	864.647	902.888
7.01.02	Outras Receitas	0	174
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-158.719	-165.518
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.353	-31.440
7.02.04	Outros	-130.366	-134.078
7.02.04.01	Custo de energia comprada e transmissão	-85.048	-70.065
7.02.04.02	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-32.059	-34.159
7.02.04.03	Outros custos	-13.259	-29.854
7.03	Valor Adicionado Bruto	705.928	737.544
7.04	Retenções	-81.312	-86.596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.312	-86.596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	624.616	650.948
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.076	70.666
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.271	1.307
7.06.02	Receitas Financeiras	30.805	69.359
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	657.692	721.614
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	657.692	721.614
7.08.01	Pessoal	29.276	28.807
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.985	20.043
7.08.01.02	Benefícios	5.811	3.637
7.08.01.04	Outros	4.480	5.127
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	218.834	230.441
7.08.02.01	Federais	218.834	230.441
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.709	91.166
7.08.03.01	Juros	55.293	90.658
7.08.03.02	Aluguéis	416	508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	353.873	371.200
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	353.873	371.200

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.947.181	4.210.730
1.01	Ativo Circulante	550.600	795.505
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.560	480
1.01.02	Aplicações Financeiras	276.316	564.632
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	276.316	564.632
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	276.316	564.632
1.01.03	Contas a Receber	205.075	202.045
1.01.03.01	Clientes	27.458	20.860
1.01.03.01.01	Revendedores	27.458	20.860
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	177.617	181.185
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	177.617	181.185
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.162	15.662
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.162	15.662
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Compensáveis	40.425	12.586
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.737	3.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.487	12.686
1.01.08.03	Outros	16.487	12.686
1.01.08.03.01	Outros Ativos	16.487	12.686
1.02	Ativo Não Circulante	3.396.581	3.415.225
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	206.199	213.919
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.003	25.731
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.003	25.731
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	181.196	188.188
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	65.744	63.702
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	114.837	120.263
1.02.01.09.05	Outros	615	4.223
1.02.03	Imobilizado	3.139.500	3.149.592
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.139.500	3.149.592
1.02.03.01.01	Imobilizado - Custo Líquido da Depreciação	3.139.500	3.149.592
1.02.04	Intangível	50.882	51.714
1.02.04.01	Intangíveis	50.882	51.714

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.947.181	4.210.730
2.01	Passivo Circulante	361.835	548.095
2.01.02	Fornecedores	85.050	125.525
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	85.050	125.525
2.01.03	Obrigações Fiscais	201.810	316.547
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	201.556	316.146
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	195.096	309.177
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	6.460	6.969
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	109	100
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	145	301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.151	25.955
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	210	159
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	210	159
2.01.04.02	Debêntures	27.941	25.796
2.01.04.02.01	Encargos de Dívida	27.941	25.796
2.01.05	Outras Obrigações	28.004	51.783
2.01.05.02	Outros	28.004	51.783
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.359	28.924
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	24.645	22.859
2.01.06	Provisões	18.820	28.285
2.01.06.02	Outras Provisões	18.820	28.285
2.01.06.02.04	Provisão para Litígios	2.736	4.948
2.01.06.02.05	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	16.084	23.337
2.02	Passivo Não Circulante	1.667.256	1.681.631
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	896.708	896.116
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	283	231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	283	231
2.02.01.02	Debêntures	896.425	895.885
2.02.02	Outras Obrigações	585	600
2.02.02.02	Outros	585	600
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	585	600
2.02.03	Tributos Diferidos	662.892	681.076
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	662.892	681.076
2.02.04	Provisões	107.071	103.839
2.02.04.02	Outras Provisões	107.071	103.839
2.02.04.02.04	Provisão para Litígios	99.401	95.730
2.02.04.02.05	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	7.670	8.109
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.918.090	1.981.004
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.523	253.450
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.02.09	Ações e Opções de Ações Outorgadas	1.159	1.086
2.03.04	Reservas de Lucros	41.446	246.009
2.03.04.01	Reserva Legal	41.446	41.446

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	204.563
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	179.462	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.236.432	1.274.318
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.236.432	1.274.318

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	409.115	825.507	402.634	862.419
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-145.521	-264.463	-152.208	-278.205
3.02.01	Pessoal	-17.431	-34.434	-17.332	-34.211
3.02.02	Material	-1.112	-1.892	-1.425	-2.044
3.02.03	Serviço de terceiros	-15.101	-27.477	-13.712	-30.542
3.02.04	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-16.078	-32.059	-15.571	-34.159
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-24.968	-35.208	-16.238	-21.682
3.02.06	Encargos de conexão de energia	-663	-1.326	-219	-437
3.02.07	Encargos de transmissão	-22.855	-45.003	-22.926	-46.350
3.02.08	Depreciação e amortização	-40.796	-81.526	-42.727	-86.783
3.02.09	Provisões operacionais	361	1.137	-12.542	-16.361
3.02.10	Seguros	-1.802	-3.352	-1.336	-3.149
3.02.11	Outros	-5.076	-3.323	-8.180	-2.487
3.03	Resultado Bruto	263.594	561.044	250.426	584.214
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	263.594	561.044	250.426	584.214
3.06	Resultado Financeiro	-13.258	-24.220	-21.034	-21.210
3.06.01	Receitas Financeiras	11.704	28.961	13.365	52.776
3.06.01.01	Receita Financeira	11.704	28.961	13.365	52.776
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.962	-53.181	-34.399	-73.986
3.06.02.01	Despesa Financeira	-23.561	-48.707	-25.304	-49.319
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-1.401	-4.474	-9.095	-24.667
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	250.336	536.824	229.392	563.004
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-89.815	-182.951	-78.152	-191.805
3.08.01	Corrente	-92.196	-194.981	-90.585	-205.726
3.08.02	Diferido	2.381	12.030	12.433	13.921
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	160.521	353.873	151.240	371.199
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	160.521	353.873	151.240	371.199
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	160.521	353.873	151.240	371.199

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,40167	0,88550	0,37845	0,92885
3.99.01.02	PN	0,44184	0,97405	0,41629	1,02174
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,39162	0,86335	0,36898	0,90562
3.99.02.02	PN	0,43079	0,94968	0,40588	0,99618

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	160.521	353.873	151.240	371.199
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	160.521	353.873	151.240	371.199
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	160.521	353.873	151.240	371.199

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206.464	325.923
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	400.985	513.440
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	353.873	371.199
6.01.01.02	Depreciação e amortização	81.526	86.783
6.01.01.03	Variação monetária	0	33.429
6.01.01.04	Tributos e contribuições sociais diferidos	-12.030	-13.921
6.01.01.05	Provisão para litígios e respectiva atualização	1.459	18.044
6.01.01.07	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-28.556	-4.118
6.01.01.09	Ações e opções de ações outorgadas	73	98
6.01.01.10	Desativação de bens e direitos	623	1.935
6.01.01.11	Despesa de juros (encargos de dívida)	55.760	54.889
6.01.01.12	Juros pagos (encargos de dívida)	-53.075	-36.243
6.01.01.13	Realização do Uso do Bem Público	1.332	1.345
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-194.521	-187.517
6.01.02.01	Revendedores	-6.599	-13.795
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	3.568	21.048
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-29.172	-27.187
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados e outros créditos	-2.042	-868
6.01.02.05	Outros créditos	-815	-21.618
6.01.02.06	Fornecedores	-40.476	-27.751
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuições sociais	-113.974	-116.585
6.01.02.08	Tributos e contribuições sociais a recolher	-763	-1.493
6.01.02.09	Pesquisa e desenvolvimento	-7.692	4.602
6.01.02.10	Almoxarifado	0	165
6.01.02.11	Outras contas a pagar	1.772	-4.167
6.01.02.12	Outros Tributos Compensáveis	1.672	132
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	244.938	146.062
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado/intangível	-72.557	-24.364
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-570.852	-1.498.420
6.02.03	Resgate de investimento de curto prazo	888.347	1.668.846
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-442.322	-478.933
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-442.425	-382.887
6.03.02	Pagamento de empréstimos	0	-998.273
6.03.03	Captação por debêntures líquida dos gastos de captação	103	902.227
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.080	-6.948
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	480	7.472
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.560	524

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004	0	1.981.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004	0	1.981.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	73	-204.563	-212.297	0	-416.787	0	-416.787
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	73	0	0	0	73	0	73
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.563	0	0	-204.563	0	-204.563
5.04.09	Distribuição de Dividendos - RCA 12/05/2011	0	0	0	-212.297	0	-212.297	0	-212.297
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	391.759	-37.886	353.873	0	353.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.873	0	353.873	0	353.873
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	37.886	-37.886	0	0	0
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	37.886	-37.886	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.523	41.446	179.462	1.236.432	1.918.090	0	1.918.090

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012	0	2.016.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012	0	2.016.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	98	-158.321	-194.165	0	-352.388	0	-352.388
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	98	0	0	0	98	0	98
5.04.06	Dividendos	0	0	-113.653	0	0	-113.653	0	-113.653
5.04.08	Dividendo Complementar Proposto - Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	0	-238.833	0	-238.833	0	-238.833
5.04.09	Ajuste de CPC de Anos Anteriores a Distribuir	0	0	-44.668	44.668	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	371.199	0	371.199	0	371.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	371.199	0	371.199	0	371.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.358	-42.705	-347	0	-347
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	42.358	-42.705	-347	0	-347
5.07	Saldos Finais	207.227	253.380	41.446	219.392	1.313.031	2.034.476	0	2.034.476

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	868.792	906.711
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	868.792	906.537
7.01.02	Outras Receitas	0	174
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.006	-167.117
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.369	-32.586
7.02.04	Outros	-130.637	-134.531
7.02.04.01	Custo de energia comprada e transmissão	-85.241	-70.122
7.02.04.02	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-32.059	-34.159
7.02.04.03	Outros custos	-13.337	-30.250
7.03	Valor Adicionado Bruto	708.786	739.594
7.04	Retenções	-81.526	-86.783
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.526	-86.783
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	627.260	652.811
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.185	69.456
7.06.02	Receitas Financeiras	31.185	69.456
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	658.445	722.267
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	658.445	722.267
7.08.01	Pessoal	29.504	29.129
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.155	20.260
7.08.01.02	Benefícios	5.823	3.655
7.08.01.04	Outros	4.526	5.214
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	219.247	230.765
7.08.02.01	Federais	219.247	230.765
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.821	91.173
7.08.03.01	Juros	55.405	90.665
7.08.03.02	Aluguéis	416	508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	353.873	371.200
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	353.873	371.200

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho da AES Tietê

A principal fonte de receita da AES Tietê é proveniente do suprimento de energia elétrica principalmente à coligada Eletropaulo. A receita bruta da Companhia atingiu R\$ 868.792 no semestre findo em 30 de junho de 2011, representado um decréscimo de 4,2% quando comparada à receita bruta do mesmo semestre do ano anterior, quando atingiu R\$ 906.538.

As deduções da receita são constituídas substancialmente por despesas com PIS e COFINS no valor de R\$ 35.070 mil (R\$ 35.531 no 1S10) e encargos setoriais no valor de R\$ 8.215 (R\$8.588 no 1S10).

O custo do serviço prestado no montante de R\$ 264.463 apurado no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$278.205 no 1S10), é composto principalmente por despesas com energia elétrica comprada para revenda no valor de R\$ 35.208 (R\$ 21.682 no 1S10), encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição no valor de R\$46.329 (R\$ 46.787 no 1S10), despesas com pessoal no montante de R\$34.434 (R\$34.211 no 1S10), despesas com depreciação e amortização no valor de R\$81.526 (R\$86.783 no 1S10), despesas com material e serviços de terceiros no montante de R\$29.369 (R\$32.586 no 1S10) e outros custos e despesas no montante de R\$37.597 (R\$56.156 no 1S10)

Como reflexo dos fatos acima, o resultado bruto consolidado atingiu R\$561.044 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$584.214 no 1S10), que corresponde a 67,9% da receita operacional líquida.

As despesas financeiras, líquidas das receitas financeiras, atingiram no 1º semestre de 2011 R\$24.220 (R\$21.210 no 1S10), decorrentes basicamente dos juros e variação monetária/cambial sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

A Companhia apurou no 1º semestre de 2011 lucro antes dos impostos de R\$536.824 (R\$563.004 no 1S10) e após a apropriação do imposto de renda e contribuição social, apurou lucro líquido de R\$353.873 (R\$371.199 no 1S10).

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (AES Corp.), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia é controladora da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), uma empresa em fase pré-operacional que detém a concessão para construir e operar três pequenas centrais hidrelétricas (Posse, Monte Alegre e São Sebastião) localizadas no Estado de Rio de Janeiro.

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Garantia física MW (*)
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
Total		32	2.651	1.275

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Contrato Bilateral com a Eletropaulo

A partir de 2006, a Companhia está vendendo para sua coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física.

Notas Explicativas

O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina que o preço de venda da energia seja atualizado anualmente pela variação do IGPM. Em outubro de 2003, a Companhia e a Eletropaulo assinaram um aditivo a esse contrato, prorrogando sua data de vencimento para junho de 2028, esse aditivo foi submetido à ANEEL, que, através do Despacho nº 1.060/2005, não aprovou os termos do mencionado aditivo.

Em 2005, a Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração e recurso administrativo perante a ANEEL, o qual manteve seu entendimento quanto a não aprovação ao aditivo contratual. Uma vez exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a Eletropaulo propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho no. 1.060/2005 e consequente aprovação do aditivo.

Em 5 de agosto de 2010, a Eletropaulo comunicou sua desistência da ação judicial e com isso o contrato de venda de energia firmado entre as companhias se encerrará em 31 de dezembro de 2015.

Diante do comunicado da Eletropaulo, em 6 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela não propositura de ação judicial autônoma contra a ANEEL, uma vez que as chances de obtenção de uma medida liminar, ou mesmo de uma decisão definitiva antes de 2015 seriam remotas.

Sendo assim, a Companhia trabalha para a elaboração de sua estratégia comercial, de modo a definir as melhores alternativas para a recontratação da sua garantia física para entrega a partir de 1º de janeiro de 2016. A regulamentação vigente permite à Companhia alocar sua energia no Mercado Regulado, através de leilões de energia existente A-1 a partir de 2015, ou no Mercado Livre, através de contratos bilaterais livremente negociados com clientes livres ou comercializadoras de energia ao longo dos próximos anos.

Obrigação de Expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

Notas Explicativas

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços sob o antigo modelo do setor elétrico para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Visando cumprir com a Obrigação de Expansão, a Companhia estuda a viabilidade de implantação de uma termoelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW. *Em relação à usina termelétrica, foi definida, em novembro de 2009, a localização da planta, e em março de 2010, foi iniciado o processo de licenciamento ambiental na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Além dos projetos citados anteriormente, contribuirão, também, para o cumprimento de tal obrigação, a conclusão do projeto de 7 MW* de geração hidrelétrica nas PCHs de São Joaquim e São José - PCHs Jaguari Mirim, que entrarão em operação em 2011, e 6 MW de co-geração de biomassa contratados por quinze anos e com início de suprimento em 2010.

(*). Informações não revisadas pelos auditores independentes.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações Trimestrais (“ITR”) em 02 de agosto de 2011.

2.1 Declaração de Conformidade

As ITR (“informações contábeis”) da Companhia, para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 compreendem:

- a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Consolidado”.

Notas Explicativas

- b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo com os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e com as normas internacionais de contabilidade vigentes naquela data, os quais não diferem daqueles utilizados na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.06.2011	31.12.2010
Controladas diretas:			
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	99,99%	99,99%
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	99,99%	99,99%

Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas, incluídas na consolidação, coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidos entre as partes.

Considerando a irrelevância da participação de não-controladores, não foram apresentadas as informações relativas às participações dos acionistas não controladores.

Notas Explicativas

3. Sumário das Práticas Contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento – são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

- Ativos financeiros disponíveis para venda – são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. No trimestre e semestre findos 30 de junho de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou inferior a três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2 Revendedores e outras contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de revendedores e outras contas a receber como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

3.1.2.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas informações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC18, para fins de informações contábeis da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo adicionado ou deduzido de sua participação sobre as mudanças ocorridas no patrimônio líquido após a aquisição da participação societária na coligada ou controlada.

A participação societária no lucro ou prejuízo da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando a parcela do lucro líquido atribuível à controladora.

Notas Explicativas

As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda sobre o valor recuperável sobre o investimento nas controladas. A Companhia avalia, em bases anuais, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram redução em seu valor recuperável. Se houver alguma evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil registrado, sendo o valor dessa redução reconhecido na demonstração do resultado da controladora.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009 e os preceitos do laudo de avaliação do custo atribuído dos ativos imobilizados preparado por empresa especializada. A vida útil dos bens foi revista em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, sendo que a taxa anual de 3,9% para edificações, obras civis e benfeitorias e 4,2% para máquinas e equipamentos. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 30 de junho de 2011.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Critérios para a determinação do Custo Atribuído (“Deemed Cost”)

Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 - *Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade* e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 - Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - *Ativo Imobilizado* e CPC 28 - *Propriedade para Investimento*, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos e revisão das vidas úteis, na data-base 31 de dezembro de 2008. A avaliação patrimonial compreendeu a inspeção física e a mensuração dos ativos, de acordo com normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, define os métodos para determinação dos valores e visa os graus de fundamentação e precisão das avaliações, entre outras prescrições. O escopo da avaliação patrimonial compreendeu todos os ativos relacionados às seguintes Usinas Hidroelétricas: Água Vermelha; Bariri; Barra Bonita; Caconde; Euclides da Cunha; Ibitinga; Limoeiro; Mogi Guaçu; Nova Avanhandava; e Promissão.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando o conceito de valor justo dos ativos, incorporando também premissas de avaliação estabelecidas pelo Órgão Regulador, ANEEL, visto que os ativos são vinculados à concessão de geração de energia e, conforme estabelecido no contrato de concessão, são reversíveis à União, mediante indenização. As premissas utilizadas na elaboração do laudo são como segue:

- Terrenos e reservatórios: atualização do custo contábil mediante a aplicação de índice econômico específico (IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), utilizando critérios estabelecidos na Resolução Normativa 338/2208-ANEEL.
- Barragens, construções civis e benfeitorias: aplicação do “Método da Quantificação do Custo”, como definido pelas Normas NBR 14653-1, NBR 14653-2 e NBR 14653-3 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Esse método consiste na reprodução dos custos através de orçamento sumário dos componentes desses ativos, obtidos através de documentação e levantamentos fornecidos pela AES Tietê, baseado no banco de dados da consultoria contratada e publicações especializadas.

Notas Explicativas

- Máquinas e equipamentos: reconstrução do custo dos ativos, observando-se as diretrizes estabelecidas pelas seguintes normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 14653-1 - Avaliação de Bens – Procedimento Gerais e NBR 14653-5 – Avaliação de Bens – Máquinas, equipamentos e bens industriais em geral.
- Veículos: a determinação do valor novo de reposição e mercado foi realizada a partir de pesquisa de mercado e publicações específicas do setor (tabela FIPE).
- Móveis, utensílios e equipamentos gerais: atualização do custo contábil mediante a aplicação de índice econômico específico (IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), conforme determinação da Resolução Normativa 338/2208-ANEEL.

Com exceção de terrenos, o valor justo foi determinado considerando-se idade, grau de conservação e vida útil remanescente dos ativos. A depreciação prospectiva foi calculada aplicando-se as taxas de depreciação regulatórias sobre a parcela a ser depreciada, conforme o laudo de avaliação.

Conforme estabelecido no item 15 do ICPC 10, o laudo de avaliação foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2011, efetivando dessa forma a avaliação dos ativos, mediante o registro contábil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2009.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seria requerida a realização de teste de recuperabilidade.

O ativo intangível da Companhia compreende o direito da Companhia operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos.

A vida útil do direito de concessão é avaliada como definida pelo prazo de 30 anos, o qual representa o período de vigência do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou mudanças nas circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e das suas controladas considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1 Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da provável saída de recursos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados.

A Companhia, em 30 de junho de 2011, não tem nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária incorrida, de acordo com os índices determinados em cada contrato, até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa efetiva de juros. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD. O saldo é corrigido pela variação da taxa SELIC até a data do balanço, os quais são registrados em despesas financeiras.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% (regime cumulativo) e 7,6% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável haver lucro tributável futuro disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e para que os créditos sobre prejuízos tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em bases anuais, quanto a sua recuperabilidade, sendo baixado na extensão em que não for provável haver lucros tributáveis futuros para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados, em bases anuais, e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº. 371, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das informações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados a valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

Notas Explicativas

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra obrigação equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.14 Pagamentos baseados em ações

A controladora indireta, AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições pre-estabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

Notas Explicativas

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. adquiridos pelos funcionários da Companhia e suas controladas. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para os colaboradores ou no exercício das opções pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos a reserva de capital constituída deverá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada na Demonstração do Resultado, está demonstrada na Nota nº 19.

3.15.1 Receita de fornecimento de Energia Elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

3.15.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado apurado, conforme o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - *Resultado por ação*.

Notas Explicativas

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.17 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL. As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado na rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, no passivo circulante e não circulante, o valor da receita destinada a ser utilizada, de acordo com o período previsto para a realização dos investimentos.

3.18 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiário.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com bases em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada período.

Notas Explicativas

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas informações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.19 Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Notas Explicativas

3.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis. Quando necessário, as estimativas baseiam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.

Estimativas e premissas

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração de suas informações contábeis, e que podem resultar em ajustes no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios financeiros futuros, são discutidas a seguir.

3.20.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota nº 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

3.20.2 Perda por Redução ao Provável Valor de Recuperação de Ativos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 30 de junho de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à eventuais perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.20.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários devido a sua complexidade, bem como a estimativa do valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, de acordo com as diretrizes do CPC 25, para possíveis conseqüências de auditorias realizadas pelas autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como: experiência de auditorias fiscais anteriores e divergência nas interpretações dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas divergências na interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na respectiva jurisdição da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

3.20.4 Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefício definido e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria e de assistência médica são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de debêntures não conversíveis emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

3.20.5 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota nº 22.

Notas Explicativas

3.20.6 Provisão para Litígios

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.20.7 Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações com funcionários liquidadas em ações com base no valor justo desses instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, emitido pelo CPC.

3.22 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados. A aplicação no Brasil de novos pronunciamentos emitidos pelo IASB depende revisão e tradução desses pronunciamentos pelo CPC e homologação pelos órgãos reguladores, no caso das companhias abertas pela CVM.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações, conforme segue:

- **IFRS 9 *Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)*** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*”. A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustados pelos custos da transação, exceto quando se tratar de um ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.
- **IFRS 10 *Demonstrações Contábeis Consolidadas (Consolidated Financial Statements)*** - O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são a base para determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- **IFRS 11 *Contratos entre empreendedores (Joint Arrangements)*** - Esse IFRS substitui o IAS 31 - *Investimento em Empreendimentos em Conjunto*. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui empreendimentos em conjunto, portanto não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

- IFRS 12 *Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interest in other entities)* - O IFRS 12 estabelece requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem na atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com a participação nas entidades consolidadas; (v) a natureza e extensão de sua participação em entidades não consolidadas, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiária, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esse IFRS não traz impactos nas demonstrações contábeis, entretanto aumentará o nível de divulgação sobre a participação detida pela Companhia em outras entidades. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo (Fair value measurement)* - O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e, um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma
- IAS 27 *Demonstrações contábeis separadas (Separate financial statements)* - O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - *Demonstrações contábeis consolidadas*. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre a elaboração de demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

- IAS 28 *Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (Investments in associates and joint ventures)* - O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os empreendimentos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de equivalência patrimonial ser aplicável tanto para os investimentos em coligadas como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- Modificações no IAS 1 *Apresentação das demonstrações contábeis (Amendments to IAS 1 Presentation of financial statements)* - em junho de 2011 o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (*other comprehensive income*), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência) para lucros (prejuízos) acumulados. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 19 *Benefícios a empregados (Empolyees benefits)* - em junho de 2011 o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto decorrente da aplicação dessa norma é a eliminação do critério do corredor. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários

Notas Explicativas

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	1.177	402	1.226	480
Operações Compromissadas (I)	8.334	-	8.334	-
	<u>9.511</u>	<u>402</u>	<u>9.560</u>	<u>480</u>
Investimentos de curto prazo				
Operações Compromissadas (I)	109.656	195.961	113.419	197.145
Certificado de depósitos bancários - CDB (I)	55.009	264.018	57.847	266.534
Fundos de Investimentos (II)	105.050	100.953	105.050	100.953
	<u>269.715</u>	<u>560.932</u>	<u>276.316</u>	<u>564.632</u>
	<u>279.226</u>	<u>561.334</u>	<u>285.876</u>	<u>565.112</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) O saldo de aplicações financeiras em 30 de junho de 2011 está representado, principalmente, por operações de CDB e Operações Compromissadas^(*) com liquidez diária e com rentabilidade média em torno de 102,56 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2010 as aplicações tinham a mesma natureza e eram remuneradas em média 102,79% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (II) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 30 de junho de 2011, os ativos desse plano eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.
- (*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

5. Revendedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Energia no mercado de curto prazo	13.175	12.353	13.702	13.069
Energia livre (*)	13.735	7.867	13.832	7.867
Provisão para realização (**)	-	-	(76)	(76)
	26.910	20.220	27.458	20.860

(*) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. Em março de 2010, a ANEEL disponibilizou as informações do recálculo efetuado pelas distribuidoras referente ao repasse de Energia Livre. Com base nesses dados, revisados pela Companhia, foi registrado contas a receber no valor de R\$12.574, e um contas a pagar de R\$3.696, classificada na rubrica fornecedores. Com base no Despacho ANEEL nº 2.517, de agosto de 2010, foram apurados novos saldos referentes à Energia Livre, sendo R\$10.567 referente ao contas a receber e R\$4.398 referente ao contas a pagar. Cabe ressaltar, que dos valores apurados pelo Despacho ANEEL nº 2.517, foram recebidos R\$2.519 e pagos R\$3.230, resultando num saldo a receber no montante de R\$7.867 e um saldo a pagar no montante de R\$1.168, em 31 de dezembro de 2010.

Em março de 2011 com base no despacho nº 1.068 foi efetuado um incremento no contas a receber de R\$ 5.868 e no contas a pagar de R\$ 820. Em abril de 2011 com o despacho nº 1.469 efetuamos um aumento no contas a pagar de R\$ 950 tendo sido pago R\$ 1.990, resultando em um saldo do contas a pagar de R\$ 948 e um contas a receber de R\$ 13.735 em 30 de junho de 2011.

(**) A provisão para realização dos recebíveis é constituída com base na estimativa de prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses valores, avaliadas pela administração da Companhia.

As transações de energia no mercado de curto prazo e de energia livre são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. A energia livre tem sua liquidação determinada conforme normatização da ANEEL.

Não houve movimentação na provisão para realização no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da Energia Livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela ANEEL.

Notas Explicativas

6. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora e Consolidado					
	Balanco Patrimonial		Resultado			
	30.06.2011	31.12.2010	01.04.2011 à 30.06.2011	01.01.2011 à 30.06.2011	01.04.2010 à 30.06.2010	01.01.2010 à 30.06.2010
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:						
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.350	1.974	628	(624)	548	(915)
Provisão para contingências fiscais	932	1.720	23	(788)	(407)	(404)
Provisão para contingências trabalhistas	1.628	2.023	(91)	(395)	177	228
Provisão sobre perdas na realização de ativos	-	-	-	-	-	(3.992)
Provisão para contingências civeis	11.430	10.522	386	908	353	1.873
Provisão Fornecedores Materiais e Serviços	2.364	2.026	77	338	370	(752)
Pagamento baseado em ações - CPC 10	20	370	(350)	(350)	-	-
Ativo Imobilizado - Custo Atribuído - CPC 27	(636.948)	(656.465)	9.758	19.517	11.626	21.999
Ativo Intangível - Uso do bem público	(16.926)	(17.378)	227	452	229	457
Outras	(1.739)	(137)	(5.564)	(1.602)	2.383	573
Subtotal	(637.889)	(655.345)	5.094	17.456	15.279	19.067
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9			(2.713)	(5.426)	(2.846)	(5.146)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			2.381	12.030	12.433	13.921
Ativo	25.003	25.731				
Passivo	(662.892)	(681.076)				
Passivo fiscal diferido líquido	(637.889)	(655.345)				
	(637.889)					
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido						
	30.06.2011					
Saldo inicial	(655.345)					
Efeito dos tributos diferidos no resultado do exercício	17.456					
Saldo final	(637.889)					

6.2 Estimativa de recuperação de créditos

De acordo com a Instrução CVM nº. 371/2002, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2010 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia. A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia com base no estudo aprovado pelo Conselho de Administração, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração dessas controladas.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Notas Explicativas

O regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social das controladas é o do lucro presumido, portanto não gerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, que são a base para o registro de impostos diferidos ativos ou passivos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado - 30.06.2011			
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2011	9.192	5.429	14.621
2012	645	10.347	10.992
2013	81	9.925	10.006
2014	115	9.283	9.398
2015	6	8.642	8.648
2016 a 2018	525	22.283	22.808
2019 a 2021	14.440	17.702	32.142
2022 a 2024	-	14.009	14.009
2025 a 2027	-	11.098	11.098
2028 a 2029	-	6.119	6.119
Total	25.003	114.837	139.840

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na Nota nº.9.

6.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Consolidado	
	01.01.2011 à 30.06.2011		01.01.2010 à 30.06.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(143.312)	(51.669)	(151.174)	(54.552)
Diferido	8.807	3.223	10.198	3.723
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(134.505)	(48.446)	(140.976)	(50.829)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	536.824	536.824	563.004	563.004
Adições (exclusões):				
Depreciação (mudança de vida útil)	-	-	-	-
Doações	605	605	1.881	1.881
Outros	590	857	(981)	(123)
Subtotal	1.195	1.462	900	1.758
Base de cálculo	538.019	538.286	563.904	564.762
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(134.505)	(48.446)	(140.976)	(50.829)
Alíquota efetiva	25,1%	9,0%	25,0%	9,0%

Notas Explicativas

7. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis e a Recolher

	Controladora e Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Imposto de renda a pagar	-	-	143.412	231.320
Contribuição social a pagar	-	-	51.684	77.750
Pis a recolher	-	-	862	894
Cofins a recolher	-	-	3.976	4.126
Antecipação de IRPJ	15.272	-	-	-
Antecipação de contribuição social	10.470	-	-	-
IRRF a compensar	10.366	9.015	-	-
Pis a compensar	91	1.664	-	-
Cofins a compensar	420	1.073	-	-
IRPJ a compensar	2.710	1.447	-	-
Outros	3.672	2.297	1.729	2.310
Total controladora	43.001	15.496	201.663	316.400
AES Minas PCH	70	73	140	140
AES Rio PCH	91	93	7	7
Total consolidado	43.162	15.662	201.810	316.547

Os valores de impostos de renda e contribuição social a recolher possuem seu vencimento em 31 de janeiro de cada exercício e poderão ser compensados com créditos tributários de mesma natureza.

Em 31 de janeiro de 2011, a Companhia pagou R\$309.070, de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com desembolso de R\$ 304.786, e o restante com compensações, sendo esta a principal razão para a redução do saldo de tributos e contribuições sociais de R\$316.400, em 31 de dezembro de 2010, para R\$201.663, em 30 de junho de 2011. Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2011 houve a apuração desses tributos a pagar no montante de R\$194.742

8. Outros Ativos Circulantes

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Cauções e depósitos vinculados	1.435	6.843	2.301	8.330
Prêmio de seguros	5.358	1.524	5.374	1.536
Adiantamento a fornecedores	5.842	547	5.850	552
Outros	2.962	2.268	2.962	2.268
	15.597	11.182	16.487	12.686

Notas Explicativas

9. Tributos a Recuperar (Não-Cirulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado					
	30.06.2011			31.12.2010		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>						
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	808.303	(541.563)	266.740
Amortização acumulada	(498.739)	333.357	(165.382)	(484.115)	323.521	(160.594)
Subtotal	309.564	(208.206)	101.358	324.188	(218.042)	106.146
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>						
Ágio gerado pela TP na aquisição da participação da Tietê	82.420	(54.397)	28.023	82.420	(54.397)	28.023
Amortização acumulada	(42.778)	28.234	(14.544)	(40.901)	26.995	(13.906)
Subtotal	39.642	(26.163)	13.479	41.519	(27.402)	14.117
Saldos no final do período (*)	349.206	(234.369)	114.837	365.707	(245.444)	120.263

(*) A estimativa de realização está demonstrada na – Nota nº 6.2.

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004. Conforme demonstrado na Nota nº 6.2.

Notas Explicativas**10. Investimentos**

	Controladora	
	30.06.2011	31.12.2010
Investimento em controladas:		
AES Minas PCH Ltda.	16.774	14.202
AES Rio PCH Ltda.	1.967	2.268
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	21.068	18.797

Os investimentos em controladas são representados pela participação na AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que detém a concessão para construir e operar 3 pequenas centrais hidrelétricas (Posse, Monte Alegre e São Sebastião), localizadas no Estado de Rio de Janeiro.

Informações sobre investimentos em controladas avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

AES Minas

	30.06.2011	31.12.2010
Quantidade de quotas do capital social	8.573.000	8.573.000
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do capital social	8.573	8.573
Valor do patrimônio líquido	16.774	14.202

	30.06.2011	30.06.2010
Resultado do trimestre	1.120	712
Resultado do semestre	2.572	1.395

AES Rio

	30.06.2011	31.12.2010
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.967	2.268

	30.06.2011	30.06.2010
Resultado do trimestre	(16)	(89)
Resultado do semestre	(301)	(88)

Notas Explicativas

11. Imobilizado e Intangível

11.1 Imobilizado

a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora e consolidado			
	30.06.2011			31.12.2010
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (*)	Depreciação acumulada (*)	Saldo líquido
AES Tietê S.A.:				
Terrenos	-	407.783	-	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	2.993.630	(1.334.792)	1.658.838
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,9%	499.239	(315.553)	183.686
Máquinas e equipamentos	4,3%	1.012.326	(370.408)	641.918
Veículos	17,8%	4.625	(3.547)	1.078
Linhas e redes - Equip. de Informática	10,5%	573	(124)	449
Móveis e utensílios e outros	10,0%	20.095	(11.345)	8.750
Imobilizado em serviço		4.938.271	(2.035.769)	2.902.502
Imobilizado em curso (I)		226.267	-	226.267
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.129	(30)	2.097
Total Imobilizado - Tietê		5.161.886	(2.035.799)	3.126.085
AES Minas PCH Ltda.:				
Imobilizado em serviço	11,0%	10.501	(1.752)	8.749
Imobilizado em curso		1.666	-	1.666
Total Imobilizado - Minas		12.167	(1.752)	10.415
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	-	3.000
Total Imobilizado - Rio		3.000	-	3.000
Total		5.177.053	(2.037.551)	3.139.500
Consolidado				
Imobilizado em serviço		4.948.772	(2.037.523)	2.911.249
Imobilizado em curso (I)		230.932	-	230.932
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.129	(30)	2.100
Total imobilizado		5.177.052	(2.037.553)	3.139.500

(*) Inclui os efeitos de ajuste de avaliação patrimonial.

- I. O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), por desenvolvimento de novos projetos de expansão da capacidade de geração e por gastos com manutenções periódicas relevantes em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

Notas Explicativas

b) A movimentação do imobilizado em serviço e a depreciação e a amortização no semestre findo em 30 de junho de 2011:

b) A movimentação do imobilizado em serviço e a depreciação e a amortização no exercício de 2011 e 2010, são como segue:

Curso	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benefetórias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Linhas e Redes e Móveis e Utens.	Em curso	Obrigações Especiais e Imóveis Destinados a uso futuro	Total Controladora	Total Controladas	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	407.788	2.901.235	497.435	1.100.512	4.625	19.928	162.610	(2.652)	5.091.481	15.156	5.106.637
Adições	-	-	-	-	-	142	71.719	-	71.861	54	71.915
Baixas	(5)	(3)	(1.431)	(19)	-	-	-	-	(1.457)	-	(1.457)
Provisão para realização de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de serviço para curso	-	92.398	3.235	(88.167)	-	597	(8.062)	-	-	-	-
Transferências	-	2.995.650	499.239	1.012.326	4.625	20.667	226.267	(2.652)	5.161.885	(42)	5.177.053
Saldo em 30 de junho de 2011	407.783	2.995.650	499.239	1.012.326	4.625	20.667	226.267	(2.652)	5.161.885	15.168	5.177.053
Depreciação e amortização											
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(1.280.178)	(306.799)	(354.702)	(3.289)	(10.486)	-	(30)	(1.955.483)	(1.544)	(1.957.027)
Adições	-	(48.450)	(9.500)	(21.870)	(258)	(984)	-	-	(81.153)	(209)	(81.362)
Baixas	-	-	836	-	-	-	-	-	836	-	836
Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(6.164)	-	6.164	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de serviço para curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2011	-	(1.334.792)	(315.553)	(370.408)	(3.547)	(11.470)	-	(30)	(2.035.800)	(1.753)	(2.037.553)

Notas Explicativas

Reprocessamento do saldo dos ativos

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 *Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40*, decidiu, atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou empresa especializada para elaborar a avaliação do seu ativo imobilizado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora no montante de R\$ 3.139.500, em 30 de junho de 2011. O prazo da concessão conforme descrito na nota explicativa nº. 1 é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 20 de dezembro de 1999.

d) Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº. 92/99 (“Contrato”), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

e) Obrigações especiais (valor originário da cisão da Cesp)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

f) Obrigações de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº. 1, a Companhia e sua controladora tinham a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007. A Companhia tem mantido negociações com o Governo do Estado de São Paulo para readequar essa obrigação à nova realidade setorial/regulamentar.

Notas Explicativas

11.2 Intangível

	Controladora	
	30.06.2011	31.12.2010
<u>Intangível:</u>		
<u>Ativo intangível - Uso do Bem Público</u>		
Custo	73.174	73.174
Amortização	(23.394)	(22.061)
Total do ativo intangível - Uso do Bem Público	49.780	51.113
<u>Outros Intangíveis</u>		
Custo	4.806	4.163
Amortização	(3.738)	(3.579)
Total dos outros intangíveis	1.068	584
Total Intangível - Controladora	50.848	51.697
AES Minas	34	17
Total Intangível - Consolidado	50.882	51.714

A movimentação do Intangível é como segue:

	Controladora			Controladas	Consolidado
	Uso do Bem Público	Outros	Total	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	51.113	584	51.697	17	51.714
Amortização	(1.333)	(160)	(1.493)	(6)	(1.499)
Adição	-	644	644	23	667
Saldo em 30/06/2011	49.780	1.068	50.848	34	50.882

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

O contrato de concessão estabeleceu encargos para a Companhia relacionadas à manutenção das operações das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais e a legislação vigente aplicáveis à Companhia.

Notas Explicativas

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Energia de curto prazo e energia livre	9.368	11.136	9.368	11.136
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	6.757	6.592	6.757	6.592
Encargos de uso das demais instalações de transmissão - TUSDG	40.502	74.140	40.502	74.140
Materiais e serviços	28.080	33.300	28.423	33.657
Total	84.707	125.168	85.050	125.525

13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures não conversíveis

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis é composto da seguinte forma:

a) Composição:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda nacional	27.941	25.796
Total	27.941	25.796
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda nacional	210	159
Total	210	159
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda nacional	896.708	896.116
Total	896.708	896.116
Total geral	924.859	922.071

b) Moeda Nacional:

30.06.2011						
Vencimento	(% a.a.)	Dívida			Custo de transação a Amortizar	
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI + 1,37 (*)	27.941	-	900.000	(3.575)
Arrendamento mercantil (b)	-	-	210	-	283	-
Total			27.941	210	900.283	(3.575)

31.12.2010						
Vencimento	(% a.a.)	Dívida			Custo de transação a Amortizar	
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI + 1,37 (*)	25.796	-	900.000	(4.115)
Arrendamento mercantil (b)	-	-	-	159	231	-
Total			25.796	159	900.231	(4.115)

(*) Taxa efetiva de juros

Notas Explicativas

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

- a) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie subordinada.

Foram emitidas 90.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 10,00, totalizando uma emissão de R\$ 900.000,00 com prazo de vencimento em 60 meses, contados a partir de 01 de abril de 2010 (data de emissão). O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 3º ano. A remuneração é equivalente a taxa DI + 1,20% a.a., paga semestralmente.

Os custos de transação destas debêntures não conversíveis foram de R\$4.607. Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo de dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, o qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

As debêntures não conversíveis têm cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas até 30 de junho de 2011. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA da Companhia.

As debêntures não conversíveis emitidas são subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo a legislação vigente.

- b) Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de junho de 2011, registrados pela Companhia era de R\$493 passivo, e R\$447 no ativo. Esse arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$211 até um ano e R\$283 entre um e quatro anos, não havendo pagamento acima de 4 anos.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, as parcelas não circulantes relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado		
	Principal	Custo a amortizar	Total
2013	300.094	(2.805)	297.289
2014	300.094	(609)	299.485
2015	300.095	(161)	299.934
	900.283	(3.575)	896.708

A movimentação da dívida é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira	Saldo Inicial	Ingressos	Encargos	Amortização	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2010				30.06.2011
Arrendamento Mercantil	390	143	67	(107)	493
Total	390	143	67	(107)	493
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	900.000	-	-	-	900.000
Debêntures - 1ª Emissão - Encargos	25.796	-	55.220	(53.075)	27.941
Debêntures - 1ª Emissão - Custo a amortizar	(4.115)	-	-	540	(3.575)
Total	921.681	-	55.220	(52.535)	924.366
	922.071	143	55.287	(52.642)	924.859

14. Outras Contas a Pagar

	30.06.2011	31.12.2010
Provisão de férias e encargos sociais	6.512	6.278
Provisão para participação nos lucros	3.970	5.807
Provisão para 13o. Salário	1.639	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	10.136	7.825
Outros	2.333	2.886
Total controladora	24.590	22.796
AES Minas	54	61
AES Rio	1	2
Total Consolidado	24.645	22.859

Notas Explicativas

15. Obrigação com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/09.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério de corredor). O ganho ou perda atuarial líquido acima do maior valor entre 10% da obrigação do benefício e 10% do valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011, não houve amortização de ganho e perdas atuariais, uma vez que de acordo com a última avaliação do atuário não foi apurado excesso ao limite de 10% em relação ao total dos ativos e obrigações do plano.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, enquanto que o custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% de sua remuneração. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao modelo implementado na data de suas participações, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Notas Explicativas

Não houve mudanças significativas no plano no número de participantes e nas premissas durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 em relação àqueles utilizados para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Contratos com a Fundação Cesp

A Companhia com o objetivo de equacionar o *déficit* atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits* formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (“SPC”), na forma de contratos de confissão de dívida. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

Confissão de dívida III - refere-se a contrato de confissão de dívida para financiamento de *déficit* atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, com vencimento final em 30 de novembro de 2027. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do IGP-DI, acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois o maior.

Não existem ativos e passivos atuariais a serem reconhecidos em 30 de junho de 2011.

16. Provisões para Litígios

As provisões para litígios estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para Litígios		Cauções e Depósitos Vinculados (*)	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<u>AES Tietê S.A</u>				
Trabalhista (a)	4.789	5.949	1.407	1.171
Pis/Cofins (b)	51.526	50.377	61.307	59.871
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	4.565	5.945	-	-
Provisão meio ambiente (d)	703	694	-	-
Cível Despacho 288 (e)	32.357	29.663	-	-
Cível (e)	1.260	1.283	-	-
Imposto de Renda (f)	5.190	5.057	1.363	1.281
Total controladora	100.390	98.968	64.077	62.323
<u>AES Minas PCH Ltda.</u>				
Trabalhista (a)	1.747	1.710	1.667	1.379
Total controladas	1.747	1.710	1.667	1.379
Total consolidado	102.137	100.678	65.744	63.702
Circulante	2.736	4.948	-	-
Não Circulante	99.401	95.730	65.744	63.702

(*) As cauções e depósitos vinculados estão contabilizados no ativo não circulante.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de litígios é como segue:

Controladora						
	31.12.2010	Provisão	Atualização Monetária	Reversão	Pagamentos	30.06.2011
Trabalhista (a)	5.949	866	247	(1.911)	(362)	4.789
PIS/COFINS (b)	50.377	-	1.149	-	-	51.526
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	5.945	-	(1.380)	-	-	4.565
Provisão Meio Ambiente (d)	694	9	-	-	-	703
Cível Despacho 288 (e)	29.663	-	2.694	-	-	32.357
Cível (e)	1.283	-	99	(122)	-	1.260
Imposto de Renda (f)	5.057	-	133	-	-	5.190
Total geral	98.968	875	2.942	(2.033)	(362)	100.390
Circulante	3.548					1.354
Não Circulante	95.420					99.036
Total geral	98.968					100.390

Consolidado						
	31.12.2010	Provisão	Atualização Monetária	Reversão	Pagamentos	30.06.2011
Trabalhista (a)	7.659	904	348	(2.013)	(362)	6.536
PIS/COFINS (b)	50.377	-	1.149	-	-	51.526
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	5.945	-	(1.380)	-	-	4.565
Provisão Meio Ambiente (d)	694	9	-	-	-	703
Cível Despacho 288 (e)	29.663	-	2.694	-	-	32.357
Cível (e)	1.283	-	99	(122)	-	1.260
Imposto de Renda (f)	5.057	-	133	-	-	5.190
Total geral	100.678	913	3.043	(2.135)	(362)	102.137
Circulante	4.948					2.736
Não Circulante	95.730					99.401
Total geral	100.678					102.137

A Administração da Companhia fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas acima.

- a) Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia.
- b) A Companhia propôs medidas judiciais com o objetivo de questionar judicialmente: I) a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998; e II) o aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS. Sobre referidos processos, importante relatar:

Notas Explicativas

- b.1) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança para assegurar o direito líquido e certo de proceder ao recolhimento do PIS nos moldes previstos pela Lei Complementar 7/70 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores em discussão e efetuar a compensação dos valores indevidamente pagos. Em junho de 2007, foi proferida decisão desfavorável ao Recurso Extraordinário que visava a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS, tal como realizado pela Lei nº 9.718/98. Nesta decisão, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) se declarou incompetente para apreciação do pedido de compensação de valores indevidamente pagos da exação, por não se tratar de matéria estritamente constitucional. Contudo, o STF, ainda que incompetente para a análise do mérito, reconheceu bons argumentos jurídicos sustentados pela controlada Tietê. Em 20 de julho de 2007, referida decisão foi publicada. Em 25 de julho de 2007, em face da referida decisão, a controlada Tietê interpôs Agravo Regimental. Em 30 de junho de 2011, a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal, a Administração da controlada Tietê registrou provisão no montante de R\$1.879 (atualizado até 30 de junho de 2011), a qual possui depósito judicial.

Notas Explicativas

- b.2) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança que assegure o direito líquido e certo de recolher a COFINS nos termos da Lei Complementar nº 70/91 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores controversos (3% sobre a receita financeira e outras receitas, bem como a majoração de 1% sobre o faturamento) e ver suspensa a exigibilidade do crédito tributário dos valores em discussão. Com relação à discussão do aumento da alíquota das contribuições, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 49.646 por se tratar de obrigação legal. Em, 05 de março de 2007 houve trânsito em julgado com relação ao mérito desfavorável à Companhia. Por esse motivo, os assessores legais da companhia consideram desnecessária a classificação de perda referente ao mérito. A partir disso, a Companhia passou a discutir diferenças no cálculo dos valores depositados, haja vista que, segundo cálculos da Companhia, os valores depositados superam o valor do débito. Em 23 de janeiro de 2009, foi publicada decisão intimando a controlada Tietê a se manifestar sobre os cálculos apresentados pela União Federal, o que foi cumprido. Em 30 de junho de 2011, a controlada Tietê aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal, a Administração da controlada Tietê registrou uma provisão no montante de R\$49.646, no qual há depósito judicial. A parcela da provisão correspondente à decisão do aumento da base de cálculo da COFINS, no valor de R\$11.425, foi revertida em setembro de 2007. Os depósitos judiciais correspondentes a esta parcela continuam registradas na conta “cauções e depósitos vinculados”, em razão de ainda não ter sido autorizado o seu levantamento.
- c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito *ex nunc* da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão.

Notas Explicativas

- d) Existem 313 processos de ações cíveis públicas versando sobre danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O acionamento em face da Companhia se deu em razão de grande parte das ocupações irregulares estarem situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia em que seriam pressupostos necessários a sua fiscalização e preservação. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria através de indenização. O prognóstico de perda para a Companhia é provável no montante individual de R\$2 para cada demanda, cujo valor total para as 313 ações perfaz a quantia estimada de R\$703. A Administração da Companhia e das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas acima referidas.
- e) A Administração da Companhia, com base nos pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Dentre essas há um processo no qual a Companhia questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, e para tanto provisionou a quantia de R\$32.356 (atualizado até 30 de junho de 2011). Aguarda-se decisão de Primeira Instância.
- f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada, através dos processos n.ºs.10880915010/2008-01, 10880.915011/2008-47, 10880.915012/2008-9, 10880.946.065/2009-35, e 10880.946.064/2009-91 sobre as compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ relativos aos anos de 2001 e 2002, bem como quanto aos débitos de IRPJ de 2003 e 2004 e de CSLL de 2003, os quais não foram homologados pela Receita Federal. As razões da Receita Federal estão baseadas na incerteza quanto à existência dos créditos tributários compensados, pois, no entendimento da Receita Federal, a composição dos créditos tributários informados nos pedidos de compensação não corresponde às informações constantes dos documentos fiscais da Companhia (DIPJ). A soma dos créditos tributários envolvidos nos 5 (cinco) pedidos de compensação mencionados acima perfaz o valor de R\$97.231 (30 de junho de 2011). Atualmente, aguardamos decisão dos recursos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Contudo, após análise dos assessores legais da Companhia, foi apurado que apenas o montante de R\$5.190 representaria um risco efetivo para Companhia, sendo suas chances de perda classificadas como Prováveis.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração da Companhia. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgadas em função de seus valores serem irrelevantes. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Controladora	Controladora
	30.06.2011	31.12.2010
Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
Compensações de IRPJ e CSLL	97.231	94.910

16.1 Refere-se a 8 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada Tietê, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios. Tais processos, de forma geral, requerem que a controlada Tietê realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

16.2 Refere-se a 5 despachos decisórios pela Receita Federal movidos contra a controlada Tietê, não homologando compensações de tributos federais (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL) realizadas durante os anos de 2004 e 2005. Sobre referidos despachos, importante relatar:

- i) Divergências na compensação de débitos do IRPJ relativo ao ano de 2003 com créditos referentes aos anos de 2001 e 2002. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- ii) Divergências na compensação de débitos do IRPJ relativo ao ano de 2004 com créditos referentes aos anos de 2001 e 2002. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- iii) Divergências na compensação de débitos da CSLL relativo ao ano de 2003 com créditos referentes ao ano de 2002. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- iv) Divergências na compensação de débitos da CSLL relativo ao ano de 2002 com créditos referentes aos meses de maio e agosto de 2001. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- v) Divergências na compensação de débitos da CSLL relativo ao ano de 2004 com créditos referentes ao mês de outubro de 2005. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.

Notas Explicativas

A soma dos valores envolvidos em decorrência dos despachos acima perfaz a quantia de R\$97.231 atualizada até 30 de junho de 2011, sendo que foi constituída provisão no montante de R\$5.190, conforme mencionado no item (f). Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia consideram a probabilidade de perda para a parcela não provisionada como possível.

Cartas de fiança e caução

Em 30 de junho 2011, a Companhia possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	3	6.878	1,4%
Compra de energia	8	21.879	0,75% a 1,4%

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias (equivalente a 194.461.211 ações ordinárias) e R\$2.216.740 em ações preferenciais (equivalente a 183.461.211 ações ordinárias). A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

O capital social integralizado da Companhia é de R\$207.227. Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia estava representado por 381.253 mil ações, sendo 197.461 mil ações ordinárias e 183.792 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, respectivamente.

Notas Explicativas

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - Nota nº 9 e item a seguir.

No semestre findo em 30 de junho de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro 2010 não houve emissão ou resgate de ações.

b) Reservas

b) Reservas

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Composição dos saldos das reservas:		
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (i)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (ii)	1.159	1.086
	253.523	253.450
<u>Avaliação Patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (iii)	1.236.432	1.274.318
Reservas de lucro:		
Reserva legal	41.446	41.446

- i) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. Essa reserva (líquida de provisão), constante do patrimônio líquido da Companhia, poderá, a critério do acionista controlador, Companhia Brasileira de Energia, ser capitalizada em seu favor à medida que o benefício fiscal seja realizado,. A Companhia Brasileira de Energia incorporou a Tietê Empreendimentos S.A. e a AES Tietê Participações S.A.
- ii) É composta por outorga de opção de compra de ações da AES Corp. aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.

Notas Explicativas

iii) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC n.ºs 15 a 40, em 1.º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como Tributos e Contribuições sociais diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da realização da respectiva mais valia, através da sua depreciação/amortização ou alienação dos bens a ela vinculados.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em dezembro de 2010, de acordo com o disposto no parágrafo 3.º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos de R\$204.563, sendo R\$159.896 referentes ao saldo remanescente de lucro acumulados e R\$44.667 correspondente ao saldo remanescente da conta de proposta de dividendos complementares. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica Proposta de distribuição de dividendos adicionais. Em 29 de abril de 2011, em Assembléia Geral Ordinária foi aprovado o pagamento desses dividendos propostos, cujo pagamento ocorreu em 17 de maio de 2011.

No trimestre findo em 30 de junho de 2011 foram declarados dividendos intermediários relativos ao lucro apurado no 1º trimestre de 2011, no montante de R\$ 212.296, os quais foram aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2011. Os dividendos correspondem a R\$ 0,53 por ação ordinária e R\$ 0,58 por ação preferencial e a data de pagamento ocorreu em 26 de maio de 2011.

Notas Explicativas

18. Resultado por Ação

18.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº. 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasiliana, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de junho de 2011, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela assembléia de acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

18.2 Demonstração do cálculo de resultado por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na Nota 17, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010:

	01.04.2011 à 30.06.2011	01.01.2011 à 30.06.2011	01.04.2010 à 30.06.2010	01.01.2010 à 30.06.2010
Numerador:				
Lucro líquido do trimestre	160.521	353.873	151.240	371.199
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias *	197.461	197.461	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais *	183.792	183.792	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171	202.171	202.171
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico e diluído por ação	381.253	381.253	381.253	381.253
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	399.632	399.632	399.632	399.632
Lucro por ação				
Lucro básico por ação ordinária	0,4017	0,8855	0,3784	0,9289
Lucro básico por ação preferencial	0,4418	0,9740	0,4163	1,0217

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados

Notas Explicativas

Lucro atribuível aos acionistas

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.04.2011 à 30.06.2011	79.315	81.206	160.521
01.01.2011 à 30.06.2011	174.851	179.022	353.873
01.04.2010 à 30.06.2010	74.729	76.511	151.240
01.01.2010 à 30.06.2010	183.412	187.787	371.199

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador (Nota 13.b.1), Companhia Brasileira de Energia (incorporadora da Tietê Empreendimentos S.A. e da AES Tietê Participações S.A.), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 30 de junho de 2011.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação diluído para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

	01.04.2011 à 30.06.2011	01.01.2011 à 30.06.2011	01.04.2010 à 30.06.2010	01.01.2010 à 30.06.2010
Numerador:				
Lucro líquido do trimestre	160.521	353.873	151.240	371.199
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias **	202.835	202.835	202.835	202.835
Média ponderada do número de ações preferenciais **	188.227	188.227	188.227	188.227
Remuneração das ações preferenciais - 10% (D)	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas (E) = (C x I)	207.050	207.050	207.050	207.050
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico e diluído por ação (F) = (B + C)	391.062	391.062	391.062	391.062
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado (G) = (B + D)	409.885	409.885	409.885	409.885
Lucro por ação diluído				
Lucro diluído por ação ordinária	0,3916	0,8633	0,3690	0,9056
Lucro diluído por ação preferencial	0,4308	0,9497	0,4059	0,9962

(**) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de junho de 2011.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.04.2011 à 30.06.2011	79.435	81.086	160.521
01.01.2011 à 30.06.2011	175.117	178.756	353.873
01.04.2010 à 30.06.2010	74.889	76.351	151.240
01.01.2010 à 30.06.2010	183.691	187.508	371.199

Notas Explicativas

19. Suprimentos, Compra e Transporte de Energia Elétrica

	01.04.2011 à 30.06.2011		01.01.2011 à 30.06.2011		01.04.2010 à 30.06.2010		01.01.2010 à 30.06.2010	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Geração própria/outras:								
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº21)	2.508.041	400.910	5.033.889	804.667	2.638.595	401.067	5.653.157	859.280
Contrato bilateral outros	82.704	11.440	178.534	24.411	68.855	8.909	109.384	14.278
Energia de curto prazo	1.260.859	16.319	2.272.297	35.553	886.241	11.282	2.095.194	29.301
Outras Receitas	-	1	-	16	-	9	-	29
Subtotal – controladora	3.851.604	428.670	7.484.720	864.647	3.593.690	421.267	7.857.735	902.888
P&D, FNDCT e EPE	-	(4.074)	-	(8.215)	-	(4.007)	-	(8.588)
PIS e Cofins	-	(17.201)	-	(34.919)	-	(16.508)	-	(35.398)
Total – controladora	3.851.604	407.395	7.484.720	821.513	3.593.690	400.752	7.857.735	858.902
AES Minas PCH Ltda.:								
Contrato bilateral	9.967	1.699	22.508	4.061	10.787	1.272	22.739	3.517
Energia de curto prazo	110	9	(493)	(44)	-	-	-	-
PIS e Cofins	-	(65)	-	(151)	-	62	-	-
Outros	-	77	-	128	-	548	-	-
Total – consolidado	3.861.681	409.115	7.506.735	825.507	3.604.478	402.634	7.880.474	862.419
Energia elétrica comprada:								
Contratos bilaterais	198.584	23.732	254.132	30.990	120.988	15.958	174.940	21.181
Energia de curto prazo	-	-	-	-	59.352	471	59.352	471
MRE e Spot	227.828	2.941	442.039	6.696	(46.371)	(635)	-	-
PIS e Cofins	-	(2.506)	-	(3.704)	-	454	-	-
Outros	-	745	-	1.062	-	-	-	-
Encargos de transmissão	-	22.840	-	44.975	-	22.913	-	46.324
Encargos de conexão	-	663	-	1.326	-	219	-	437
Total – controladora	426.412	48.415	696.171	81.345	133.969	39.380	234.292	68.413
AES Minas PCH Ltda.:								
Contratos bilaterais	-	-	-	-	101	15	205	31
Energia de curto prazo	(900)	57	3.097	165	-	(25)	-	-
Encargos de transmissão	-	14	-	27	-	13	-	25
Total – consolidado	425.512	48.486	699.268	81.537	134.070	39.383	234.497	68.469

(*) Dados não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

20. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	01.04.2011 à 30.06.2011	01.01.2011 à 30.06.2011	01.04.2010 à 30.06.2010	01.06.2010 à 30.06.2010
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras e investimentos de curto prazo	11.523	28.632	13.332	24.964
Furnas - processo judicial (*)	-	-	15	27.715
Total - controladora	11.523	28.632	13.347	52.679
AES Minas PCH	155	274	5	71
AES Rio PCH	26	55	13	26
Total - consolidado	11.704	28.961	13.365	52.776
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos/debêntures	(27.937)	(55.896)	(24.395)	(48.058)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	4.645	8.504	-	-
Outras	(262)	(1.203)	(905)	(1.254)
Total - controladora	(23.554)	(48.595)	(25.300)	(49.312)
AES Minas PCH	(7)	(11)	(4)	(7)
AES Rio PCH	-	(101)	-	-
Total - consolidado	(23.561)	(48.707)	(25.304)	(49.319)
Variações monetárias, líquidas				
Empréstimos	-	-	(7.918)	(33.429)
Encargos de uso demais instal. de transmissão – TUSDG	(2.063)	(2.739)	(46)	(4.081)
Furnas - processo judicial (*)	-	-	(15.382)	-
Itaipú	888	1.380	(269)	(792)
Outros	(253)	(3.166)	14.520	13.635
Total - controladora	(1.428)	(4.525)	(9.095)	(24.667)
AES Minas PCH	27	51	-	-
Total - consolidado	(1.401)	(4.474)	(9.095)	(24.667)

(*) Trata-se do levantamento do valor incontroverso cobrado na demanda judicial movida contra Furnas Centrais Elétricas S.A. a cujo objetivo é receber os encargos incidentes sobre o valor da energia vendida pela Companhia no mercado de curto prazo do MAE, entre o período de setembro de 1999 a julho de 2000, mediante termo de compromisso firmado entre as partes que previa o parcelamento do pagamento da energia acrescido de atualização monetária, juros de mora e multa.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio, em 30 de junho de 2011, é de R\$159,85 MWh (30 de junho de 2010 - R\$152,00 por MWh).

Remuneração da Alta Administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado			
	1.04. a 30.06.2011	01.01 a 30.06.2011	1.04. a 30.06.2010	01.01 a 30.06.2010
Benefícios de Curto Prazo (a)	1.244	2.571	1.409	2.526
Benefícios Pós-emprego (b)	61	121	57	114
Outros Benefícios de Longo Prazo (c)	51	104	80	161
Pagamento baseado em ações (d)	30	73	39	98
Total	1.386	2.869	1.585	2.899

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

Os valores referentes à pagamento baseado em ações são pagos pela AES Corp, não há ônus para a Companhia.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela AES Corp.

Notas Explicativas

22. Instrumentos Financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa - Nota nº 4;
- Investimentos de curto prazo - Nota nº 4;
- Revendedores - Nota nº 5.
- Contas a receber de partes relacionadas - Nota nº 21;
- Cauções e depósitos vinculados - vide Nota nº 16;
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida - Nota nº 13;
- Dividendos propostos e declarados; e
- Fornecedores – Nota nº 12 e,
- Tributos e contribuições sociais a recolher - Nota 7.

22.2 Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	30.06.2011		31.12.2010	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	9.511	9.511	402	402
Investimentos de curto prazo	269.715	269.715	560.932	560.932
Revendedores	26.910	26.910	20.220	20.220
Contas a receber com partes relacionadas	177.617	177.617	181.185	181.185
Cauções e depósitos vinculados	64.077	64.077	62.323	62.323
Total Ativo	547.830	547.830	825.062	825.062
PASSIVO				
Fornecedores	(84.707)	(84.707)	(125.168)	(125.168)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(924.859)	(924.859)	(922.071)	(922.071)
Dividendos propostos e declarados	(3.359)	(3.359)	(28.924)	(28.924)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(201.663)	(201.663)	(316.400)	(316.400)
TOTAL NO PASSIVO	(1.214.588)	(1.214.588)	(1.392.563)	(1.392.563)

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Notas Explicativas

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

22.3 Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria:

	Controladora		
	30.06.2011		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo	-	269.715	269.715
Revendedores	26.910	-	26.910
Contas a receber com partes relacionadas	177.617	-	177.617
Cauções e depósitos vinculados	64.077	-	64.077
Total Ativo	268.604	269.715	538.319
PASSIVO			
Fornecedores	(84.707)	-	(84.707)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida	(924.859)	-	(924.859)
Dividendos propostos e declarados	(3.359)	-	(3.359)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(201.663)	-	(201.663)
Total Passivo	(1.214.588)	-	(1.214.588)

	Controladora		
	31.12.2010		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo	-	560.932	560.932
Revendedores	20.220	-	20.220
Contas a receber com partes relacionadas	181.185	-	181.185
Cauções e depósitos vinculados	62.323	-	62.323
Total Ativo	263.728	560.932	824.660
PASSIVO			
Fornecedores	(125.168)	-	(125.168)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	(922.071)	-	(922.071)
Dividendos propostos e declarados	(28.924)	-	(28.924)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(316.400)	-	(316.400)
Total Passivo	(1.392.563)	-	(1.392.563)

Notas Explicativas

22.4 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em Nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a ser mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o *hedge*.

Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- a) Situação de liquidez da Companhia;
- b) Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- c) Cenário de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2011, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre o rendimento dos investimentos de curto prazo programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	6,17%	9,25%	12,33%	15,41%	18,50%	
Posição em 30.06.2011	R\$ 276.316					
Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Investimento de curto prazo	CDI	R\$ 17.049	R\$ 25.559	R\$ 34.070	R\$ 42.580	R\$ 51.118

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2011, foi extraída a projeção do indexador CDI para o ano de 2011 e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros nominal	Saldo de principal em 30.06.2011 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2011				
		Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
		Queda			Aumento	
		de 50%	de 25%	de 25%	de 50%	
CDI		6,17%	9,25%	12,33%	15,41%	18,50%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a. 900.000	66.996	95.049	123.102	151.154	179.298

(*) Refere-se ao principal da dívida, sem considerar encargos, em R\$.

Conforme mencionado na nota nº13, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter público e o seu valor de face é de R\$10 por debênture, representa 100% do valor da emissão e conseqüentemente, 100% do valor contábil. A Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos. Essas debêntures não são conversíveis em ações e por esse motivo são consideradas como uma transação de dívida.

22.5 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras. As vendas são efetuadas por meio dos denominados “contratos bilaterais”, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato bilateral vigente é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato bilateral (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

22.5.1 Informações sobre liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

22.5.2 Risco de crédito

As vendas de energia através de contratos são efetuadas (aproximadamente 93% do total da receita bruta de vendas) para sua coligada Eletropaulo e outros clientes livre (aproximadamente 7% do total da receita bruta). As vendas para a Eletropaulo estão garantidos pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Eventuais inadimplências nos contratos de venda para os demais clientes, estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

22.5.3 Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida para a distribuidora está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio em 30.06.2011 - R\$159,85 por MWh e 30.06.2010 - R\$152,00 por MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e a partir dessa data essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

22.5.4 Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a juros anuais efetivos de 1,37% acima do CDI. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice.

Notas Explicativas

22.5.5 Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

22.5.6 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

22.5.7 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

22.5.8 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

22.5.9 Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Notas Explicativas

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	924.859	922.071	924.859	922.071
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos	9.511	402	9.560	480
Investimentos de curto prazo	269.715	560.932	276.316	564.632
Dívida líquida	645.633	360.737	638.983	356.959
Patrimônio líquido	1.918.090	1.981.004	1.918.090	1.981.004
Patrimônio líquido e dívida líquida	34%	18%	33%	18%

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações significativas em moeda estrangeira.

23. Informações por Segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e suas controladas são administradas como uma única operação, embora possua dez usinas e sete centrais hidrelétricas. Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da produção de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de suas controladas.

24. Compromissos e Garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cuja as tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, cuja as tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de diretores, membros do Conselho da Administração e Fiscal, Controladores e *Free-float* (Mercado), em 30 de junho de 2011:

Saldo em 30.06.2011

	Valores Mobiliário - Saldo 30.06.2011				
	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total
Acionistas Controladores					
Cia. Brasileira de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.091	32,3%	200.330.000
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222
Subtotal	141.033.443	71,4%	89.554.779	48,7%	230.588.222
Conselho de Administração	100	0,0%	120	0,0%	220
Diretores	0	0,0%	1	0,0%	1
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%	0
Outros	56.427.668	28,6%	94.237.382	51,3%	150.665.050
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493
Free-Float	56.427.768	28,6%	94.237.503	51,3%	150.665.271

Saldo em 30.06.2010

	Valores Mobiliário - Saldo 30.06.2010				
	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total
Acionistas Controladores					
Cia. Brasileira de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.092	32,3%	200.330.001
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222
Subtotal	141.033.443	71,4%	89.554.780	48,7%	230.588.223
Conselho de Administração	10	0,0%	3.318	0,0%	3.328
Diretores	0	0,0%	1	0,0%	1
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%	0
Outros	56.427.758	28,6%	94.234.183	51,3%	150.661.941
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493
Free-Float	56.427.768	28,6%	94.237.502	51,3%	150.665.270

Posição acionária da AES Tietê S.A. com mais de 5% por tipo ou espécie de ação, em 30 de junho de 2011:

Participação Acionária da AES Tietê S.A. com mais de 5% do capital social em 30 de junho de 2011					
Controladores	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total
Cia. Brasileira de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.091	32,3%	200.330.000
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222
Subtotal	141.033.443	71,4%	89.554.779	48,7%	230.588.222
Total	141.033.443	71,4%	89.554.779	48,7%	230.588.222

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição acionária dos acionistas da Sociedade, com mais de 5% do capital social, até o nível de Pessoa Física:

Composição dos acionistas da AES Tietê S.A. com mais de 5% do capital social até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2011.

Posição Acionária dos acionistas da Sociedade com mais de 5% do capital social, até o nível de Pessoa Física em 30 de junho de 2011

Cia Brasileira de Energia - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total
AES Holdings Brasil Ltda.	300.000.001	50,01%	1	0,00%	300.000.002
BNDES Participações S.A.	300.000.000	49,99%	49.999.998	100,00%	349.999.998
Outros	0	0,00%	8	0,00%	8
Total	600.000.001	100,00%	50.000.007	100,00%	650.000.008

AES Holdings Brasil Ltd. - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Brazilian Holdings Ltd.	136.589.635.192	95,71%	136.589.635.192	95,71%
Outros	6.136.515.939	4,30%	6.136.515.939	4,30%
Total	142.726.151.131	100,0%	142.726.151.131	100,0%

AES Brazilian Holdings Ltd. - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Cemig Empreendimentos II, Ltd.	8.698	94,14%	8.698	94,14%
Outros	545	5,9%	545	5,9%
Total	9.243	100,0%	9.243	100,0%

AES Cemig Empreendimentos II, Ltd. - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
Global Energy Investments CV	1.000	100,0%	1.000	100,0%
Total	1.000	100,0%	1.000	100,0%

Global Energy Investments CV - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES VFL Holdings, LLC	Sem Ações	47,76%	Sem Ações	47,76%
AES Rio Diamantes, Inc	Sem Ações	51,75%	Sem Ações	51,8%
Outros	Sem Ações	0,49%	Sem Ações	0,49%
Total	Sem Ações	100,0%	Sem Ações	100,0%

AES VFL Holdings, LLC - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES EDC Holding, LLC	5.011	50,11%	5.011	50,11%
Outros	4.989	49,89%	4.989	49,9%
Total	10.000	100,0%	10.000	100,0%

AES EDC Holding, LLC - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES EDC Funding II, LLC	10	100,0%	10	100,0%
Total	10	100,0%	10	100,0%

AES EDC Funding II, LLC - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Corporation	10	100,0%	10	100,0%
Total	10	100,0%	10	100,0%

BNDES Participações S.A. - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
BNDES SA	1	100,0%	1	100,0%
Total	1	100,0%	1	100,0%

BNDES S.A. - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
União Federal	6.273.711.452	100,0%	6.273.711.452	100,0%
Total	6.273.711.452	100,0%	6.273.711.452	100,0%

Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás - 30.06.2011

Acionista	Ações ON	% Participação	Ações PNB	% Participação	Ações PNA	% Participação	Total	% Participação
UNIAO FEDERAL	552.968.382	50,87%	0	0,00%	0	0,00%	552.968.382	40,88%
BNDES PART SA BNDESPAR	180.757.950	16,63%	18.691.102	7,04%	0	0,00%	199.449.052	14,75%
JP MORGAN CHASE BANK	76.105.586	7,02%	35.147.881	13,24%	0	0,00%	111.253.467	8,22%
BNDES	76.338.832	7,02%	18.262.671	6,88%	0	0,00%	94.601.503	6,99%
SKAGEN KON TIKI VERDIPAPIRFOND	0	0,00%	27.648.063	10,42%	0	0,00%	27.648.063	2,04%
OUTROS	200.879.547	18,48%	165.687.166	62,42%	146.920	100,00%	366.713.633	27,11%
Total	1.087.050.297	100,00%	265.436.883	100,00%	146.920	100,00%	1.352.634.100	100,00%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselheiros e Diretores da
AES Tietê S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelos International Financial Reporting Standards - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estejam adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de agosto de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2011.

São Paulo, 02 de agosto de 2011.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Arturo Enrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Cibele Castro
Diretora

Sheilly Caden Contente
Diretora

Italo Tadeu Carvalho Freitas Filho
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2011.

São Paulo, 02 de agosto de 2011.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Arturo Enrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Cibele Castro
Diretora

Sheilly Caden Contente
Diretora

Italo Tadeu Carvalho Freitas Filho
Diretor